

O CARÁCTER GENERATIVO DA RELAÇÃO PAIS/FILHOS: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSULTORIA A PAIS DE JOVENS EM PROCESSO DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Ana Mouta, Ana Paulino, Ana Ramos, Márcia Oliveira e Inês Nascimento

Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da Vida
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Resumo

Há já muito que o Serviço de Consulta Psicológica de Orientação ao Longo da Vida (SCPOV) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto tem procurado expandir as suas práticas e transcender as modalidades mais clássicas de intervenção ao implementar projectos destinados a alvos diferenciados dos que mais correntemente procuram os serviços de orientação vocacional, geralmente, jovens directamente confrontados com a resolução da tarefa de escolha de uma via formativa ou profissional. Com efeito, reconhece-se como fundamental a necessidade da intervenção incidir sobre as estruturas/contextos em que os primeiros se inserem e envolver as figuras significativas com as quais (neles) se relacionam. Este modo de recolocar a questão implica, naturalmente, uma conceptualização mais ampla e consistente do desenvolvimento vocacional e das práticas que neste domínio se desenvolvem que privilegie uma abordagem sistémica. Na linha desta perspectiva, e tendo em conta a importância da família enquanto primeiro e contínuo contexto de socialização e de desenvolvimento, no SCPOV a Consultoria a Pais tem-se revelado uma modalidade de intervenção com forte potencial ao nível do apoio sistemático e intencional dos pais de jovens em processo de escolha vocacional com vista ao desenvolvimento de competências de apoio junto destes. A presente comunicação enquadra teoricamente a intervenção que tem vindo a ser realizada junto de grupos de jovens a frequentar o 9.º ano de escolaridade bem como a que tem vindo a ser desenvolvida paralelamente junto dos seus pais, na modalidade de consultoria. Adicionalmente, reflecte-se acerca das estratégias implementadas e dos resultados alcançados entre os quais se salientam a facilitação de uma comunicação eficaz e efectiva entre pais e filhos nesta transição académica, potencialmente ansiogénica para ambos os actores mas que se pretende gratificante e significativa. Centrada nessa transição, a promoção das competências dos pais e dos filhos assume-se como um objectivo central na perspectiva de uma autonomia crescente na resolução de tarefas e desafios, vocacionais e não vocacionais, futuros.

O DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL NUNCA VEM SÓ

A proximidade da relação entre pais e filhos assume-se como uma dimensão preponderante no desenvolvimento de uns e de outros, que convoca sentidos tão específicos para as experiências de cada uma das partes quanto a diversidade dos modos como as suas dinâmicas se configuram e se reflectem em todas as áreas da existência. Se, com efeito, não estão pensadas estruturas formais de educação para o ser pai ou mãe, é certo que a educabilidade deste papel ou, mais do que isso, deste estado de ser, se estende à vida num processo em que continuamente se esgotam, transformam e renovam os recursos do projecto parental face à imprevisibilidade dos contornos da relação com o/a filho/a - ser percebido pelos pais sempre em constante contra-mão, em permanente desafio das expectativas parentais, circunstâncias, afinal, inerentes ao exercício de, ao mesmo tempo, (querer) estar ligado e procurar direcções autónomas, distintas no mundo. Este exercício assume formas e configurações várias, dadas as diversas áreas em que se desenvolve, e, não raro, colide com as tarefas psicossociais que os próprios pais vivenciam e das quais, muitas vezes, têm de dar

prova, num compromisso raramente mitigado pelas representações do que se espera do ser pai/mãe nas sociedades ocidentais. Este papel é, pois, inalienável das estruturas macrosistémicas e dos modos como a cultura, a política, a economia, a educação e a história se organizam e representam na contemporaneidade. Daí que seja ao nível do desenvolvimento vocacional que estas variáveis se tornam particularmente críticas, já que é justamente no plano vocacional que se exige, justamente, a procura/construção de um lugar, pessoal e público, de actuação e responsabilidade face a diferentes aspectos da realidade.

Com efeito, para os filhos, ser estudante e ser profissional configuram-se como as áreas de existência mais fortemente vinculadas às estruturas sociais vigentes e aos modos internos de (meta)comunicar nessas estruturas, sobretudo quando imersos no processo de construção do seu projecto de vida. Ora, é aqui que o papel de ser pai/mãe se torna particularmente exigente, no enquadramento das tarefas mais ou menos normativas da parentalidade. Não bastará aqui doses expectáveis de amor e limite, pois quando se trata de promover a competência vocacional dos jovens, muitas vezes, sentem-se inoperantes, dificilmente se considera, à altura da tarefa, dada a extensão das mudanças que ocorreram desde “o seu tempo” de estudantes”. Assim se compreende a importância de fazer os pais regressarem a esse tal outro tempo – aquele em que eles próprios foram chamados a dar um rumo à sua vida – levando-os a fazer uma retrospectiva do seu próprio desenvolvimento vocacional num esforço para actualizar memórias de sentimentos, dúvidas, medos e dificuldades que marcaram as suas opções, estimulando-os a recuperarem os critérios que privilegiaram (privilegiaram) e negligenciaram (negligenciaram) nas suas escolhas ou trajetórias mais ou menos planeadas e quanto aos conhecimentos que possuem face às próprias oportunidades que sistemas sociais em contínua evolução e mutação oferecem cuja escassez é, tantas vezes, a fonte do sentimento da falta de competências para auxiliarem os filhos no seu processo de orientação.

Neste âmbito, os pais podem deparar-se, ainda, com interrogações que colocam o ónus nas diferentes perspectivas a considerar e nos próprios compromissos que sobre si recaem no que concerne à facilitação do desenvolvimento vocacional. Se a família é fonte de modelagem de papéis, de orientação e regulação emocional (Steinberg, 1990), é-o num enquadramento que tende a reproduzir valores sociais, normas e atitudes através de gerações (Baumrind, 1989; Nurmi, 1991). Uma das perspectivas que os pais poderão, então, apresentar como critério preferencial é o da integração profissional dos seus filhos, procurando, de modo mais ou menos intencional, incutir neles a preponderância desta como dimensão síntese da circunscrição de alternativas vocacionais. Decorre desta situação, tal como de qualquer outra assumida em exclusividade, uma abordagem segmentada e pouco significativa da exploração e integração do vocacional para o sentido de autoria. Um outro receio dos pais poderá passar pela hipótese de segregação dos filhos, ao optarem por alternativas escolares e profissionais não valorizadas socialmente. Ora, este critério, altamente comprometido com as representações veiculadas na sociedade de comunicação, levanta ainda o problema da literacia mediática dos indivíduos e do modo como criticamente pais e filhos constroem não só perspectivas acerca do mundo e das suas necessidades e oportunidades, mas também do modo como se projectam e são capazes de se assumir como figuras de contra-corrente, pró-activas na mudança dos próprios sistemas reais de eventos do mundo e dos sistemas simbólicos que os representam.

A um nível microsistémico, afiguram-se preocupações igualmente consideráveis no que se refere ao estabelecimento de lealdades implícitas (ou não) para com diferentes alvos. Recordem-se os casos das famílias com fortes tradições profissionais e as dificuldades de diferenciação vocacional nestes ambientes, quer pela especificidade, continuidade e intensidade da exploração sem variações contextuais ao longo do desenvolvimento, quer por mecanismos mais formais de transmissão e herança intergeracional de negócios familiares, geralmente, bem sucedidos. Aqui, não apenas os filhos se expõem a modelos fortes e organizados, como os próprios pais poderão revelar dificuldade em aceitar a diferenciação dos filhos relativamente às expectativas de um sistema familiar alargado face ao qual os próprios poderão ter sido incapazes de se diferenciar.

A um nível mais pessoal, a assimilação, acomodação e integração de aprendizagens a partir de experiências vividas por si (entenda-se, pais) na primeira pessoa, poderá levar as figuras parentais a orientarem os filhos no sentido da valorização de aspectos que se evidenciaram como preferenciais no seu próprio percurso, subsumindo-se a possibilidade de construção de

sistemas de valores personalizados com base em experiências de exploração pessoal, confronto e retroacção. Mas mais. A crença apresentada por alguns pais na importância de introjectar as suas experiências pessoais (sempre alheias mesmo que provindo do seio familiar) de construção de um sistema de valores, poderá não levar os filhos muito além da crença no papel fundador da moral inerente às fábulas com que, alguns ainda terão contactado, pela mão dos pais e/ou outros agentes educativos, na infância.

Finalmente, os pais poderão ainda ter como fito a plena realização dos seus filhos, acreditando no decurso natural do desenvolvimento, no que este revele de algum talento ou “jeito” especial para certas actividades, desvalorizando, por conseguinte, a importância da síntese e da significação de tudo o que demais os filhos possam experienciar à medida que crescem e se alarga o seu raio de exploração do mundo. Esta postura, não raro conduz a uma atitude de passividade em relação ao desenvolvimento vocacional dos filhos. Apesar de não se assumirem como mais do que meros espectadores das condições espontâneas desse mesmo desenvolvimento, estes pais tornam-se a principal fonte de crítica e de censura quando o percurso vocacional dos filhos apresenta algum percalço ou toma uma direcção não prevista (desejável), sendo, conseqüentemente, expectável alguma deterioração da relação pais-filhos.

Percebe-se que a natureza e a preponderância maior ou menos destes compromissos dos pais com os projectos vocacionais dos filhos assim como o seu impacte estão intimamente ligados ao facto da família ser um contexto privilegiado na transmissão e desenvolvimento de modelos de referência, sendo de registar a influência reconhecida no desenvolvimento vocacional, tanto na forma como as trajectórias vocacionais se vão configurando como na avaliação que delas é feita (Gonçalves & Coimbra, 1995; Gonçalves, 1997; Malmberg, Ehrman & Lithén, 2005). A este respeito, estudos indicam que os objectivos de futuro face à profissão e à vida social e familiar, indicativos de processos motivacionais, tendem a ser estruturalmente similares entre pais e filhos, sendo, sim, estruturalmente diferentes as estimativas de probabilidade do alcance dos mesmos, indicativas de processos avaliativos relativamente à temporalidade da implementação de projectos (Malmberg, Ehrman & Lithén, 2005). Os pais tendem, por conseguinte, a revelar representações mais lineares quanto à sequenciação dos investimentos dos seus filhos, enquanto que estes, perspectivando os mesmos investimentos, imaginam sequências temporais diferentes e períodos de implementação mais ou menos duradouros. Com efeito, face à experiência partilhada, e ao contexto no qual expectativas de responsividade, noções de auto-eficácia e auto-estima, interesses, competências e narrativas sobre o aprender e trabalhar se co-constroem e fortalecem, a diferenciação psicológica revela-se dos processos mais complexos na relação pais-filhos. Esta complexidade é tanto maior, quanto, surgindo como tarefa identitária dos jovens, se confronta com a vivência da tarefa de generatividade nos pais. É, porém, neste desafio contínuo que a competência vocacional poderá sair reforçada, se o jovem conseguir trazer deste período um reforço da sua autonomia e dos critérios que definem o sentimento de si enquanto identidade diferenciada, ao mesmo tempo que revelam, no plano cognitivo, realismo, capacidade de antecipação e planeamento como resultado da aprendizagem desejável com a experiência parental. Atitudes de flexibilidade e iniciativa, auto-regulação emocional geral, capacidade de lidar com a frustração, com a novidade e a abertura à experiência são, igualmente, dimensões da competência vocacional que poderão resultar de vivências positivas na relação com pais responsivos e desafiantes (Baumrind, 1989), calorosos e capazes de fazer um uso adequado do suporte, da autoridade (Steinberg, 1990; Lamborn, Mounts, Steinberg & Dornbusch, 1991; Smetana, 1995) e do envolvimento nas questões dos filhos (Grolnick et al., 1991).

A dimensão vocacional parece revelar-se, aliás, um aspecto significativo para a manutenção da comunicação entre pais e filhos em períodos como o descrito, em que tarefas aparentemente contraditórias de uns e outros se confrontam. Estudos confirmam, com efeito, que é a respeito de temas escolares e profissionais que os filhos mais procuram o apoio parental – seguindo-se a procura dos colegas, meios de comunicação social e escola (Malmberg, 1996, 2001) –, numa fase em que outros temas tendem a ser orientados exclusivamente para o grupo de pares. A família representa, por conseguinte, um papel importante na orientação de futuro dos jovens, ao transmitir-lhes expectativas e prazos e ao contribuir para a avaliação do alcance dos seus objectivos, proporcionando-lhes suporte e feedback (Nurmi, 1991).

É com estes pressupostos que o Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da Vida (SCPOV) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade do Porto concebe e implementa projectos de intervenção no desenvolvimento vocacional destinado a pais de jovens em processo de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional em Grupo. Parte-se da ideia de que, na actualidade, o assumir, seja pelos pais ou por outros agentes educativos, de um papel na orientação dos jovens, para “esse lugar-comum que é hoje a incerteza, passa por estar disponível para continuamente explorar e definir o seu lugar e a sua forma de participação nesse processo de desenvolvimento” (Mouta & Nascimento, 2007). As estratégias de intervenção em Consultoria Vocacional a Pais implementadas no SCPOV, têm presente, por um lado, a necessidade e importância do incentivo à exploração proveniente da família de origem (sendo que essa exploração é uma dimensão habitualmente reconhecida pelos pais como fundamental para a estimulação da capacidade dos filhos lidarem de modo autónomo e criativo com os desafios esperados e imprevistos do seu desenvolvimento vocacional) e, por outro lado, o reconhecimento da relevância do agenciamento do papel dos pais no sentido de ampliar o seu contributo no que se refere à integração das experiências exploratórias (intencionais e não intencionais) vividas pelos filhos. Se o estímulo à exploração, através da identificação e promoção de actividades que facilitem o confronto, experimentação e diferenciação de interesses é um objectivo desejável que os pais têm condições, para, dentro das suas possibilidades, proporcionar, numa fase em que, cada vez mais, os jovens procuram explorar sozinhos ou junto de novas figuras e envolver-se em actividades das quais os pais progressivamente se ausentam por opção dos primeiros, será justamente pela capacidade de facilitar a construção de quadros de significação pessoal para as experiências vivenciadas pelos filhos que o papel dos pais poderá ganhar protagonismo e máximo alcance. Assim, nos processos de Consultoria, procura-se, como linha orientadora transversal, que os pais compreendam a extensão e alcance do seu papel e construam vias de concretização de uma tarefa particularmente complexa - a de facilitar a integração das experiências dos jovens. Embora este seja um desafio exigente para pais e filhos, dele poderá todavia, resultar uma comunicação mais plena, na medida em que os pais terão conseguido, por um lado, uma via de acesso a algumas das vivências dos seus filhos e, por outro, perceber-se-ão como figuras relevantes no seu processo de crescimento, actualizando continuamente o alcance e especificidade do seu papel, ao mesmo tempo que os jovens terão a oportunidade de ser questionados de um modo significativo e protegido e incrementar a percepção de responsividade e adequação parental num período crítico à reconfiguração mútua de papéis e vivência dos afectos.

A CONSULTORIA VOCACIONAL A PAIS – OS DESAFIOS DE INTERVIR (IN)DIRECTAMENTE

A Consultoria Vocacional a pais cumpre um duplo objectivo. Se, por um lado, se espera apoiar os pais no desenvolvimento de competências parentais de apoio relativamente à transição vocacional que os filhos se encontram a vivenciar, potenciando a adopção de uma atitude responsiva perante a mesma, por outro lado é desejável que esteja a ser promovido, indirectamente, um desenvolvimento vocacional autónomo dos jovens.

O Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da Vida da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto realiza intervenções ao nível da Consultoria com Pais desde 2004 (cf. Tabela 1). Desde então, sempre que é constituído um grupo de jovens do 9.º ano de escolaridade (num número mínimo de 6 jovens) e se torna possível iniciar um processo de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional em Grupo (garantindo-se um horário conveniente a todos os participantes), é dirigido aos pais desses jovens o convite para se envolverem eles próprios, paralelamente, num processo de consultoria vocacional a pais. Desde 2004, o número de famílias participantes tem sido variado (cf. Tabela 1) – num número total de aproximadamente 53 famílias.

Tabela 1. N.º de Famílias envolvidas em Processos de Consultoria a Pais

Ano	N.º de Processos	N.º de Famílias
2004	1	5 famílias
2005	1	3 famílias
2006	1	8 famílias
2007	3	16 famílias
2008	3	10 famílias
2009	1	4 famílias
2010	1	7 famílias
	11 processos	53 famílias

Com efeito, apesar de independentes, os processos de intervenção com pais e filhos são orientados por objectivos semelhantes e pela exploração paralela das dimensões críticas, internas e externas, do desenvolvimento vocacional, coincidindo nos três momentos que estruturam a intervenção numa lógica de exploração reconstrutiva do investimento:

1. Preparação para a Exploração

Nesta fase do processo de intervenção, enquanto os jovens são levados a explorar o seu percurso vocacional, atentando nas influências ecológicas que interferiram/interferem nas suas escolhas (e.g., família, escola, grupo de pares, meios de comunicação social, etc.), os pais são levados a reflectir em torno do desenvolvimento enquanto dimensão que é transversal à vida e enquanto produto social e cultural.

2. Exploração

Já numa fase de exploração propriamente dita, à medida que os jovens são incentivados a explorar, de forma sistemática e intencional, as dimensões críticas relevantes para o processo pessoal de *orientar-se* (tais como os interesses, valores e competências do “ser” e do “fazer”), junto dos pais é promovida a reflexão e a identificação dessas mesmas dimensões, com vista à identificação de estratégias potenciadoras da exploração nos contextos naturais de vida dos jovens. Garantida a tomada de consciência em torno das dimensões psicológicas influentes na(s) escolha(s), pais e filhos são levados a explorar o sistema de oportunidades de ensino secundário e superior em articulação com a exploração do mundo do trabalho e das profissões.

3. Preparação para a Acção

Aproximando-se a finalização dos processos de intervenção, promove-se, junto dos jovens, o desenvolvimento de competências de planeamento temporal da escolha (contemplando-se as competências de flexibilidade e de abertura à mudança), ao passo que os pais são levados a reflectir acerca das atitudes e reacções parentais face à escolha e acerca das competências desejavelmente a mobilizar no sentido de apoiar o desenvolvimento e a implementação dos projectos vocacionais dos filhos.

Na Consultoria Vocacional a pais, bem como na consulta psicológica de um modo geral, os consulentes apresentam pedidos de natureza diversa, que se fazem acompanhar de motivações e expectativas também elas múltiplas e variadas. Esta constatação tem implicações, sobretudo, ao nível da abordagem das temáticas e objectivos supra explanados. Alguns pais procuram na Consultoria uma resposta definitiva - e determinada externamente por peritos/especialistas -, para as suas dúvidas e ansiedades face ao futuro dos filhos. Estes filhos, por seu turno, apresentam, geralmente, uma atitude pouco flexível, dotada de pouco realismo e pouco aberta à experiência e à construção de significado acerca de si próprios e da experiência parental. Nestes casos, os modelos mais clássicos associados a programas de educação parental têm demonstrado indicadores de maior satisfação por parte dos pais/mães participantes. Por outro lado, há pais/mães que se demonstram mais disponíveis para se colocarem em causa e para explorarem, eles próprios, as dimensões pessoais e internas implicadas na escolha, esperando generalizar as aprendizagens decorridas em contexto da Consultoria para o contexto da relação generativa que mantêm com os seus filhos. A

exploração reconstrutiva dos investimentos vocacionais (Campos & Coimbra, 1991), com efeito, tem demonstrado evidência da sua maior eficácia e de forte satisfação por parte dos pais/mães envolvidos na Consultoria.

A GENERATIVIDADE DOS PROCESSOS – REFLEXÕES SOBRE/PARA A INTERVENÇÃO

O processo de Consultoria a pais/mães em orientação vocacional tem-se constituído como uma oportunidade de intervenção num contexto/momento privilegiado do desenvolvimento dos jovens, numa etapa em que pais e filhos se vêem confrontados, de forma mais premente, com a necessidade de resolução de tarefas e questões relativas ao domínio vocacional, encontrando-se, conseqüentemente, mais disponíveis e investidos na exploração e reflexão acerca dessas dimensões. Não obstante, o modo como os pais/mães percebem o seu papel enquanto agentes de desenvolvimento vocacional dos seus filhos é objecto de significados muito diferenciados, o que se reflecte, não só no posicionamento que assumem face ao processo de configuração de hipóteses vocacionais por parte dos jovens, como na construção de expectativas distintas relativamente ao processo de consultoria.

Se, de uma forma geral, é comum os pais/mães revelarem 'preocupação' (em maior ou menor grau) relativamente ao desafio que determinadas transições escolares impõem aos seus filhos, o que se reflecte, inclusivamente, na procura de apoios especializados para a facilitação da construção de projectos vocacionais por parte dos jovens, o seu posicionamento na construção desses projectos é percebido de forma muito menos isomorfa, oscilando entre o desejo de ser imparcial (implicitamente ligado à valorização do distanciamento face ao processo de escolha) e o de estar implicado nesse processo (ora na perspectiva de acompanhar e apoiar a construção e implementação de hipóteses e projectos vocacionais, ora na perspectiva, mais ou menos consciente/intencional, de influenciar e até condicionar a direcção das escolhas). Da mesma forma, as necessidades e expectativas manifestadas pelos pais/mães no processo de consultoria e a própria disponibilidade para participarem e se implicarem nesse processo de intervenção divergem, assistindo-se tanto à valorização de oportunidades de realização de novas aprendizagens neste domínio e a um papel menos activo num processo ao qual reconhecem (principalmente num momento inicial) um carácter e um sentido eminentemente (in)formativo, como à maior validade reconhecida às oportunidades de exploração reconstrutiva dos investimentos realizados e das dimensões críticas do desenvolvimento vocacional. Conseqüentemente, e numa lógica de co-construção do processo, as estratégias de intervenção adoptadas têm-se diferenciado, em ambas as direcções (designadamente no momento inicial de preparação para o processo de exploração), na asserção comum de promover um protagonismo maior e mais intencional dos pais/mães no desenvolvimento vocacional dos filhos, favorecendo o desenvolvimento de competências que sejam promotoras da construção e implementação de projectos vocacionais por parte dos jovens.

Em virtude da diferenciação processual assinalada no ponto anterior da presente comunicação, importa salientar que também os resultados alcançados são de natureza distinta consoante nos referimos a intervenções organizadas na lógica da educação parental ou a processos de exploração reconstrutiva do investimento (Campos & Coimbra, 1991).

Centrando-nos na primeira experiência citada – a da educação parental –, ressalta-se que, dado o seu carácter eminentemente mais instrumental, ela assume um maior enfoque em estratégias de transmissão de informação (*e.g.*, sistema e oportunidades de ensino em Portugal, noções em torno do desenvolvimento humano e das tarefas desenvolvimentais com as quais pais/mães e filhos se confrontam ao longo da vida) que permitam responder às expectativas dos pais/mães de complexificarem, de forma mais estruturada e externamente orientada, as suas representações pessoais relativamente ao vocacional, contornando as resistências apresentadas pelos consulentes face à possibilidade/necessidade de investirem de modo mais implicado na exploração das dimensões críticas do desenvolvimento vocacional. Apesar do carácter mais (in)formativo que a intervenção assume nestes casos, procura-se/espera-se que ela funcione como um estímulo à reflexão e, desejavelmente, à apropriação de atitudes parentais promotoras e/ou facilitadoras do desenvolvimento vocacional dos filhos e do compromisso destes com uma escolha. No entanto, e embora os pais/mães envolvidos nestes processos de consultoria expressem satisfação face à sua participação e à intervenção

desenvolvida, e muitas vezes até identifiquem e evidenciem mudanças esperadas neste contexto (*i.e.*, assumindo um maior protagonismo no apoio à construção de projectos vocacionais por parte dos seus filhos), a avaliação comparativa das intervenções desenvolvidas em cada uma das perspectivas leva-nos a reconhecer a menor concretização das potencialidades (considerando o poder de transformação de significados, comportamentos e atitudes) inerentes à implementação de projectos de consultoria a pais/mães em orientação vocacional, quando estes se assumem como processos de educação parental. Efectivamente, a exploração aprofundada e crítica de significados e investimentos relativos ao vocacional, a experimentação de papéis, a descentração e a tomada de perspectiva parecem ser potenciadas nos processos desenvolvidos na lógica metodológica da exploração dos investimentos vocacionais, que se têm destacado como oportunidades proficuas e efectivas de desenvolvimento para participantes directos (pais/mães), indirectos (filhos) e para a equipa de intervenção, pelo que nos centraremos, em seguida, na avaliação/exploração destes processos.

Neste sentido, e desde logo, o processo de consultoria a pais/mães em orientação vocacional que assume formas, estratégias e objectivos de exploração do investimento, tem demonstrado desempenhar um papel reconhecido como importante pelos pais/mães que nele têm participado – “[a orientação vocacional pode] *ser feita pela auto-reflexão de jovens e pais que, ao questionarem-se, e mesmo revoltarem-se, encontram o início do seu caminho*”⁴ –, ao nível da facilitação da exploração de construções pessoais, sociais e culturais relativamente ao domínio vocacional, estimulando a flexibilização e complexificação de representações referentes à orientação vocacional e às dimensões críticas do desenvolvimento vocacional. Por um lado, a expressão pública e a discussão de representações face aos condicionantes culturais e sociais do desenvolvimento vocacional, considerando não só as influências de natureza micro e macrossistémica, mas também a actual organização do mundo do trabalho e do sistema de oportunidades de educação e formação, tem contribuído quer para a exploração conjunta das preocupações parentais relativamente às oportunidades e constrangimentos que os seus filhos poderão encontrar na configuração e implementação de projectos vocacionais ao longo da vida, como para a integração dos conceitos de transversalidade, longitudinalidade, coextensão, significação, subjectividade, proactividade e sentido de autoria nas suas representações quanto à orientação e ao desenvolvimento vocacional. A representação da escolha, até então eminentemente circunscrita à “decisão” em torno da área de estudos a prosseguir no ensino secundário e aos projectos subsequentes à sua finalização (*e.g.*, opção por determinado curso do Ensino Superior e pela profissão a desempenhar no futuro), é reposicionada numa perspectiva mais alargada e abrangente, em que a competência vocacional assume uma maior preponderância e importância, face ao reconhecimento da recorrência das tarefas de natureza vocacional com as quais os jovens se confrontarão na implementação dos seus projectos de vida – “*Foi preciso desmontar toda uma carga de ideias pré-concebidas: tomar consciência e reflectir*”⁵.

Paralelamente, o reconhecimento, por parte dos pais/mães, do papel que podem desempenhar como agentes activos na promoção do desenvolvimento vocacional dos jovens consolida-se, geralmente, ao longo do processo de consultoria, pela tomada de consciência de que frequentemente representam para os filhos modelos de referência (tanto em termos dos percursos e opções profissionais, como na valorização e priorização de determinadas dimensões das escolhas). No que a este aspecto concerne, salienta-se a compreensão pelos pais/mães da importância das dinâmicas comunicacionais, nomeadamente das mensagens explícitas, mas também implícitas, intencionais ou não, que são transmitidas e transaccionadas no quotidiano familiar. Os processos de comunicação familiar têm vindo a ser, efectivamente, entendidos como oportunidades de encontro e aproximação entre gerações que podem favorecer a desconstrução de algumas representações sociais e de atitudes e significados face ao trabalho e ao futuro por parte dos jovens. Ao reflectirem sobre os desafios passados, actuais e futuros que se impõem à construção e implementação de projectos vocacionais, bem como sobre as representações sociais muitas vezes veiculadas relativamente a eles, os pais/mães tornam-se mais conscientes das preocupações vivenciadas pelos filhos e mais capazes de os estimularem a pensar sobre as dimensões implicadas nas suas escolhas e sobre as

⁴ Avaliação de pais que participaram em processos de consultoria no SCPOV.

⁵ *Ibidem*.

oportunidades e constrangimentos que poderão encontrar na sua implementação. Tornam-se, pelo menos, mais conscientes da importância de estimularem o posicionamento crítico dos jovens face aos factores micro e macroestruturais que influem nos seus processos de escolha e de tomada de decisão, bem como nas representações que constroem relativamente a si, ao mundo que os rodeia e, conseqüentemente, às hipóteses vocacionais que configuram.

Por outro lado, importa ressaltar o facto de que a comunicação familiar configura, de forma inevitável, indicadores da disponibilidade, do apoio e da receptividade parental para a abordagem de questões de natureza vocacional e das diferentes hipóteses vocacionais que possam ser configuradas pelos jovens, o que influenciará a sua confiança e expectativas quanto à possibilidade de encontrarem nos pais/mães uma atitude responsiva face à abordagem de diferentes questões, o que pode condicionar ou potenciar a exploração, o investimento e o compromisso com diferentes hipóteses vocacionais por parte dos jovens. Nesta perspectiva, é pertinente acrescentar que a demonstração de disponibilidade transmitida pela via da predisposição para (meta)comunicar por parte dos pais/mães, pode, em alguns casos, funcionar como um meio de “estarem presentes na vida dos filhos”, quebrando as resistências características do período da adolescência que vivenciam e que os pais/mães identificam como uma das suas preocupações nas fases iniciais dos processos de consultoria. Simultaneamente, a comunicação familiar pode devolver/fornecer aos jovens pistas (dotadas de maior ou menor realismo) relativamente às expectativas e aspirações dos pais/mães relativamente ao seu futuro, que tanto podem promover o investimento e compromisso com as hipóteses vocacionais configuradas (quando as expectativas e aspirações são entendidas pelos jovens como realistas ou concretizáveis), como constituir elementos geradores de ansiedade e insegurança junto dos filhos se estes não se percebem capazes de dar resposta à “ambição” familiar ou se o desafio não for acompanhado de apoio e de uma relação familiar positivamente percebida e responsiva às necessidades do jovem. A existência de discursos paradoxais e de dissonâncias entre as verbalizações e os comportamentos/attitudes parentais podem, efectivamente, condicionar as possibilidades de escolha dos jovens e acentuar sentimentos de incerteza e insegurança que podem por em causa o investimento e o compromisso com a configuração de projectos pessoais.

O reconhecimento da centralidade da dimensão comunicacional nas relações familiares e na promoção do desenvolvimento e implementação de projectos vocacionais ocorre frequentemente no processo de consultoria pelo desafio e confronto entre pais/mães de pistas discursivas muitas vezes inconscientes ou não intencionais – “[com os pais] a comunicação foi o ponto chave, o grupo fez questão de abordar temas e lançavam diálogos entre as pessoas para relatar dúvidas, o receio de escolhas, a preocupação que era geral em todos os pais em relação ao futuro dos filhos”⁶. A tomada de consciência dos indicadores parentais parece facilitar não só o posicionamento crítico quanto às estratégias comunicacionais adoptadas na relação familiar como a tomada de perspectiva e a descentração, tanto mais ricas quanto os consulentes (pais/mães) se predispõem para a exploração reconstrutiva dos seus próprios investimentos. Conseqüentemente, o reconhecimento da (não) intencionalidade da transmissão de determinadas mensagens é, igualmente, um elemento relevante neste processo, assistindo-se frequentemente à partilha, por parte dos pais/mães, de situações concretas que o ilustram (referentes muitas vezes às suas próprias vivências) e à reflexão e desafio acerca de potenciais conseqüências associadas a nível da comunicação e relacionamento familiares, mas também dos próprios processos de exploração e investimento vocacional, promovendo-se, não só a tomada de consciência em torno da necessidade de mudança – evitando emitir determinadas mensagens e/ou esclarecendo/explicitando os significados implícitos –, como, não raramente, a alteração de comportamentos a este nível por parte dos pais/mães – “pessoalmente, acho que consigo falar de forma mais consciente com a minha filha sobre as suas opções”⁷.

A complementaridade (embora não permeabilidade) dos processos de orientação e de consultoria, implícita no trabalho paralelo de dimensões críticas do desenvolvimento vocacional e na condução do processo em função das necessidades emergentes nos consulentes (por vezes utilizando materiais/recursos de intervenção comuns), configura, geralmente, uma oportunidade de acção e experimentação das premissas comunicacionais exploradas, criando-

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Ibidem.*

se “pontes” e comunalidades discursivas que favorecem, estimulam e potenciam oportunidades de diálogo e de exploração conjunta, e sobretudo mais frequente, intencional e sistemática entre pais/mães e filhos, generalizadas a contextos naturais de vida (e.g., em casa). O planeamento e a implementação de sessões de trabalho com a presença simultânea de pais/mães e filhos ao longo dos processos de intervenção (de orientação e consultoria), onde se promove a exploração conjunta de dimensões vocacionais críticas relevantes para a escolha, assume-se precisamente como uma oportunidade privilegiada para a referida acção/experimentação, garantindo-se que pais/mães e filhos vivenciam o desafio da comunicação em torno da exploração realizada, num contexto que é percebido como seguro, uma vez que monitorizado e apoiado pela equipa de intervenção. Efectivamente, os pais/mães verbalizam uma percepção de empoderamento na relação com os filhos, associada a um sentimento de maior capacidade pessoal para lidar com os desafios que são inerentes às tarefas de educar e de “orientar” e para se tornarem verdadeiramente promotores do desenvolvimento vocacional dos jovens que, em contrapartida, reconhecem, de um modo global, uma maior disponibilidade e compreensão parental relativamente às suas dúvidas, preocupações e hipóteses/projectos.

A oportunidade de explorar conjuntamente dimensões relevantes para a configuração de projectos e hipóteses vocacionais é, de facto, reconhecida por ambos os actores como muito significativa e satisfatória, o que reforça, de certa forma, o carácter generativo da relação pais-filhos, numa etapa em que os jovens assumem o desafio de construção da identidade e os pais/mães se confrontam com a necessidade de construção de um sentido de generatividade, numa interdependência de tarefas desenvolvimentais. De facto, parafraseando Costa (2001/2002), o modo como os pais/mães vivenciam a resolução desta tarefa desenvolvimental parece ter influência no próprio desenvolvimento dos filhos, já que quando os primeiros não são capazes de fornecer padrões de experiência/vivência junto dos jovens, se vê aumentada a probabilidade de dificultarem o desenvolvimento de um sentido de confiança dos filhos em si e nos outros e/ou de promover a difusão da sua identidade. Consequentemente, tanto a exploração das influências exercidas pelos pais/mães (implícita ou explicitamente e de forma intencional ou não) junto dos filhos, como a promoção da tomada de perspectiva social (e consequentemente a descentração) e da adopção de atitudes mais flexíveis face ao desenvolvimento e escolhas vocacionais, parecem poder ter contribuído para a reflexão acerca das funções generativas inerentes ao exercício da parentalidade e para uma melhor transformação relacional entre pais/mães e filhos, promovendo a qualidade da relação e a eficácia da acção e do papel dos consulentes junto dos jovens. Este processo de transformação espelha, também, o reconhecimento da necessidade de equilíbrio entre o desafio/diferenciação/autonomia e o apoio/protecção que os pais/mães podem assegurar junto dos filhos – *“é essencial desafiar e apoiar... estarmos presentes!”*⁸ –, bem como, por outro lado, do reforço de uma postura que, podendo temer-se mais directiva, o seja, isso sim, responsiva, num equilíbrio “saudável” entre liberdade e responsabilidade – *“Na minha opinião, acho que devemos primeiro que tudo respeitar os nossos filhos, as suas opções e ideias. No entanto, não nos devemos demitir e deixar de dar as nossas opiniões mesmo que saibamos que levamos uma ‘nega’, mas essa ideia talvez fique em construção nas suas cabeças”*⁹ – e que configuram elementos centrais na eficácia de promoção do desenvolvimento vocacional destes.

Em suma, a participação dos pais/mães no processo de consultoria parece promover: *i)* a reflexão e a expressão colectiva de dúvidas, receios e experiências; *ii)* a exploração, o interesse e o conhecimento mais aprofundados acerca das variáveis críticas influentes nos processos de escolha vocacional, em particular daquelas que se tornam prementes para os seus filhos no período em presença; *iii)* a (re)construção de significados relativamente à formação, ao trabalho e às profissões; *iv)* o confronto, num contexto seguro, com hipóteses anteriormente não colocadas ou mesmo não desejadas que favoreçam a flexibilização de atitudes dos próprios pais/mães e a identificação de meios alternativos de favorecer concretizações imprevistas (e a concomitante importância desta atitude no agenciar de atitudes similares nos filhos); e *v)* a identificação, no plano do concreto, de estratégias, bem como de comportamentos e atitudes desejáveis no sentido de um apoio mais intencional e sistemático junto dos filhos face a questões de natureza vocacional, previstas ou não.

⁸ *Ibidem.*

⁹ *Ibidem.*

Reiterando-se a independência existente e desejável entre os processos de intervenção vivenciados por pais/mães e filhos, há que assumir a importância da interdependência e complementaridade de objectivos, bem como os resultados evidenciados ao nível da partilha intragrupal e intergrupala de aprendizagens – *“foi muito gratificante entre todos nós, a troca de experiências, opiniões e receios; foi bom saber que as nossas dúvidas, incertezas e empenhamento no processo de educação dos nossos filhos são igualmente partilhadas e vividas por outros”*¹⁰. Paralelamente, a singularidade dos processos de intervenção que decorrem em simultâneo com pais/mães e filhos concretizam potencialidades que se reflectem na maior complexidade de que os processos de exploração e de integração inerentes à construção de projectos vocacionais se revestem, nos jovens cujos pais/mães participaram no processo de consultoria. Assiste-se, comumente, à construção de hipóteses e projectos vocacionais mais consistentes e conscientes e a evidências de uma maior competência vocacional nos jovens que têm a oportunidade de construir os seus projectos em estreita ligação com pais/mães que, questionando-os e apoiando-os, estimulam a sua autonomia, responsabilidade e confiança para implementarem as suas escolhas e lidarem com os desafios esperados ou imprevisíveis que se associam à sua concretização. A disponibilidade para explorar, para se experimentar e se projectar no futuro, bem como para antecipar oportunidades e constrangimentos é, de facto, geralmente reforçada em contextos familiares responsivos às necessidades dos jovens, potenciados pelos processos de consultoria que promovem a assunção do maior protagonismo parental no processo de orientação e desenvolvimento vocacional dos jovens. É igualmente gratificante perceber, na fase de finalização dos processos de intervenção, e do ponto de vista da equipa de intervenção, que o trabalho desenvolvido e o envolvimento comprometido de todos pode resultar na criação e/ou no fortalecimento de laços e na construção de redes de suporte social que se mantêm mesmo após a finalização da intervenção.

Referências

1. Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. In W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349–378). San Francisco, CA: Jossey-Bass.
2. Campos, B.P. & Coimbra, J.L. (1991). Consulta Psicológica e Exploração do Desenvolvimento Vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 7, pp.11-19.
3. Costa, E. (2001/2002). Generatividade: Questões de Desenvolvimento e de Intervenção Psicológica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, pp.29-36.
4. Gonçalves, C. M. & Coimbra, J. L. (1995). A influência do clima psicossocial da família no desenvolvimento vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10-11, 43-52.
5. Gonçalves, C. M. (1997). A Influência da Família no Desenvolvimento Vocacional de Adolescentes e Jovens. Dissertação da Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
6. Grolnick, W. S., Ryan, R. M., & Deci, E. L. (1991). Inner resources for school achievement: motivational mediators of children's perceptions of their parents. *Journal of Educational Psychology*, 83, 508–517.
7. Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049–1065.

¹⁰ *Ibidem*.

8. Malmberg, L-E. (1996). How do Finnish students prepare for their future in three school types? The relation between content of plans, information gathering and self-evaluations. *British Journal of Educational Psychology*, 66, 457–469.
 9. Malmberg, L-E. (2001). Future-orientation in educational and interpersonal contexts. In J-E. Nurmi (Ed.), *Navigating through adolescence: European perspectives* (pp. 119–140). New York: Routledge.
 10. Malmberg, L., Ehrman, J. Lithén, T. (2005). Adolescents' and parents' future beliefs. *Journal of Adolescence*, 28, 709-723.
 11. Mouta, A. & Nascimento, I. (2008). Os (novos) interlocutores no desenvolvimento vocacional de jovens: Uma experiência de consultoria a professores. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9 (1), 87 – 101.
 12. Nurmi, J-E. (1991). How do adolescents see their future? A review of the development of future-orientation and planning. *Developmental Review*, 11, 1–59.
 13. Smetana, J. G. (1995). Parenting styles and conceptions of parental authority during adolescence. *Child Development*, 66, 299–316.
- Steinberg, L. (1990). Autonomy, conflict, and harmony in the family relationship. In S. S. Feldman, & G. R. Elliot (Eds.), *At the threshold. The developing adolescent* (pp. 255–276). Cambridge, MA: Harvard University Press.